

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO****SENTENÇA DO AUDITOR SAMY WURMAN**

<b>PROCESSO:</b>	TC-16129.989.18.
<b>ÓRGÃO:</b>	FUNDAÇÃO SEGURIDADE SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SOROCABA.
<b>RESPONSÁVEIS:</b>	ANA PAULA FÁVERO SAKANO E SILVANA MARIA SINISCALDO DUARTE CHINELATTO.
<b>MATÉRIA:</b>	ADMISSÃO DE PESSOAL - CONCURSO PÚBLICO (SUBSEQUENTE).
<b>INTERESSADOS:</b>	JESSE BRANDÃO BOZA E OUTROS.
<b>EXERCÍCIO:</b>	2017.
<b>INSTRUÇÃO:</b>	UR-3 - REGIONAL DE CAMPINAS.

**RELATÓRIO**

Em exame os atos de admissão de pessoal efetivados pela Fundação Seguridade Social dos Servidores Públicos Municipais de Sorocaba, no exercício de 2017, precedido do Concurso Público nº 08/2014, para o cargo de Auxiliar de Administração.

A avaliação procedida pela Fiscalização (Evento 10.1) concluiu pela regularidade da matéria após ter verificado os princípios regedores no certame, com as admissões condizentes com o quadro de pessoal, respeito à ordem de classificação, bem como cumprimento aos limites da Lei de responsabilidade Fiscal.

Ressaltou que as admissões ocorridas no exercício anterior foram consideradas legais e registradas.

Encaminhados os autos com vistas ao Ministério Público de Contas, o processo não foi selecionado para análise específica, nos termos do Ato Normativo PGC 006/2014, de 03.02.2014, publicado no DOE de 08.02.2014.

**DECISÃO**

A instrução processual não aponta imperfeições que possam macular as admissões em exame.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Desse modo, acolho a manifestação favorável da Fiscalização e **JULGO LEGAIS** os atos de admissão em exame, registrando-os, nos termos do artigo 2º, inciso V, da Lei Complementar Estadual nº 709/93.

Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a íntegra da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico - e.TCESP, na página [www.tce.sp.gov.br](http://www.tce.sp.gov.br).

Publique-se, por extrato.

1. Ao cartório para certificar o trânsito em julgado.

2. Ao DSF competente para registro, e demais providências cabíveis, após archive-se.

C.A., 17 de agosto de 2018.

**SAMY WURMAN**  
**AUDITOR**

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

<b>PROCESSO:</b>	TC-16129.989.18.
<b>ÓRGÃO:</b>	FUNDAÇÃO SEGURIDADE SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SOROCABA.
<b>RESPONSÁVEIS:</b>	ANA PAULA FÁVERO SAKANO E SILVANA MARIA SINISCALDO DUARTE CHINELATTO.
<b>MATÉRIA:</b>	ADMISSÃO DE PESSOAL - CONCURSO PÚBLICO (SUBSEQUENTE).
<b>INTERESSADOS:</b>	JESSE BRANDÃO BOZA E OUTROS.
<b>EXERCÍCIO:</b>	2017.
<b>INSTRUÇÃO:</b>	UR-3 - REGIONAL DE CAMPINAS.

**EXTRATO:** Pelos fundamentos expostos na sentença referida, **JULGO LEGAIS** os atos de admissão em exame e determino, por consequência, os respectivos registros, nos termos e para os fins do disposto no inciso V, do artigo 2º, da Lei Complementar Estadual nº 709/93. Por fim, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 1/2011, a íntegra da decisão e demais documentos poderão ser obtidos mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico - e.TCESP, na página [www.tce.sp.gov.br](http://www.tce.sp.gov.br).

**Publique-se.**

C.A., 17 de agosto de 2018.

**SAMY WURMAN**  
**AUDITOR**

SW/dd